



Estudo Técnico Preliminar

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO ELETRÔNICO, MAGNÉTICO OU DE TECNOLOGIA SIMILAR, para garantir a oferta do BENEFÍCIO EVENTUAL na modalidade AUXÍLIO-CARTÃO SOCIAL.

Equipe de Planejamento:

Membro:

Nome: Bianca Couto

Cargo: Educador Social

Função: Elaboradora do Estudo Técnico Preliminar

E-mail: "Bianca Couto Schermack"

bianca.schermak@itajai.sc.gov.br.

2. ASPECTOS GERAIS:

2.1. O Objeto de estudo do presente documento é a necessidade de Aquisição de Cartão Social/Vale Alimentação, para manter a oferta de Benefício Eventual, conforme determina a Lei Municipal Complementar 441, de 06 de novembro de 2023, para suprir as necessidades dos usuários dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, equipamentos da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.2. Análise da contratação anterior:

a) Houve contratação anterior para o mesmo objeto?

(X) Sim () Não

Contrato nº 116/2023.

b) Foi realizada a etapa de ESTUDOS PRELIMINARES?

() Sim (X) Não



Se SIM:

os parâmetros utilizados para a contratação anterior:

- () são adequados para a nova contratação
- () são adequados em parte, para a nova contratação
- () não são adequados para a nova contratação

c) Houve impugnação do edital?

() Sim (x) Não

d) Houve recursos quanto às etapas da licitação?

() Sim (x) Não

e) Há registro de aplicação de penalidade à(s) empresa(s) Contratada(s)?

() Sim (x) Não

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. O benefício Eventual atende a Lei Complementar 441, de 06 de novembro de 2023, e visa suprir as necessidades das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, atendidas através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, proporcionando às famílias ou aos indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a aquisição e o custeio de gêneros alimentícios em hipermercados, supermercados, mercados e mercearias.

Referida contratação se dará com orçamento do Estado de Santa Catarina, destinado ao município de Itajaí, tendo em vista o superávit orçamentário do ano de 2023, referente à rubrica dos Benefícios Eventuais, recursos do cofinanciamento do Estado para compra de cartões sociais.

4. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO SE HOVER:

4.1. Houve à publicação do Plano Anual de Contratações para o ano de 2024, o objeto em questão possuía previsão direta no cronograma de contratações gerais da Secretaria



Municipal de Assistência Social, nº do item no PCA: 226; código: 35640; descrição: cartão alimentação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

5.1. Levantamento de mercado:

5.1.1. Para o levantamento de mercado, foram realizadas pesquisas em contratações similares de outros entes públicos, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam proporcionar melhor atendimento às necessidades da Administração. Diante disso, encontramos as seguintes informações:

5.1.1.1. Pesquisa de Preços com a empresa Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços LTDA; e Face Card Administradora de Cartões LTDA. Data de encaminhamento via e-mail: 11 de março de 2024. E-mail: adm@megavalecard.com.br; licitacoes@ifacecard.com.br. Data da resposta: 11 de março de 2024; e 15 de março de 2024. Responsável pela pesquisa: Rafael Buttner Nunes Identificação de como localizou a empresa para solicitar orçamento: fornecedores já cadastrados no sistema.

5.2. Tipo de solução a contratar:

5.2.1. Diante das informações levantadas nas contratações encontradas no levantamento de mercado, encontramos uma possível solução para a presente contratação:

5.2.1.1. Aquisição através de licitação, com ampla concorrência e menor preço por item;

5.2.1.2. A aquisição dar-se-á pelo MENOR VALOR GLOBAL ESTIMADO, representado pela MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A REDE CREDENCIADA até o limite de 3,00%, SENDO 0,0% A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O MUNICÍPIO.

5.2.1.3. A delimitação da taxa de administração para os estabelecimentos é oriunda de preço de referência obtido em pesquisa de mercado formulada pela Secretaria de Assistência Social, o que demonstra a viabilidade de sua exigência.

5.2.1.4. A fixação de uma taxa máxima a ser cobrada pela contratada junto às empresas credenciadas permite que estas, quando da elaboração dos orçamentos, saibam de antemão qual o valor que receberão pelo serviço.

5.2.1.5. A administração, por sua vez, saberá quanto pagou pelo serviço e o valor destinado à empresa credenciada. Ademais, não se ignora o impacto que uma cobrança exacerbada e incerta pode ocasionar na elaboração de futuros orçamentos, os quais poderão inclusive elevar os custos em razão das vultuosas taxas administrativas cobradas.

5.2.2. Analisando as soluções acima apontadas, essa equipe de estudo entende que a solução **Aquisição através de licitação, com ampla concorrência e menor preço por item** é a mais adequada para o atendimento da necessidade pública uma vez que composto por apenas um item.



6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

6.1. A contratação será realizada:

6.1.1. (x) por item, tendo em vista ser esta a regra da licitação quando o objeto for divisível, sendo que a equipe de estudo constatou não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala com a divisão em itens, o que também proporcionará ampliação na participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE, CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES E DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

7.1. Descrição da solução como um todo:

7.1.1. Ter condições de fornecer através do Cartão Social, o benefício eventual que se destina aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, na unidade da família e a sobrevivência de seus membros, nos termos do art. 389, da Lei Complementar nº 441/2023.

7.2. Demonstrativo dos resultados pretendidos:

7.2.1. Ter à disposição, com facilidade e agilidade, empresa para o fornecimento de cartões para a concessão do benefício eventual.

7.2.2. Considerando a necessidade pública apresentada neste estudo preliminar, não existem contratos correlatos ou interdependentes, sendo que a contratação a ser realizada representa a SOLUÇÃO INTEGRAL da necessidade pública.

7.3. Descrição de possíveis impactos ambientais

7.3.1. As empresas deverão atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Regras de benefício para micro e pequenas:

- (i) Não serão aplicadas as medidas indicadas no art. 48 da LC 123/2006, tendo em vista que o valor da contratação ultrapassará o valor mínimo previsto em lei.

8.2. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

- (i) Não se aplica.

8.3. Indicação de marca/modelo:

- (i) Não se aplica

8.4. Vedação de contratação de Marca/Modelo:



Não se aplica.

8.5. Exigência de amostra/Prova de conceitos:

(i) Não se aplica.

8.6. Inversão de fases do processo:

(i) Não se aplica.

8.7. Participação de cooperativas de trabalho:

8.7.1. Será permitida a participação de cooperativas de trabalho?

() SIM – JUSTIFICAR

() NÃO

(x) NÃO SE APLICA

8.8. Instalação de ponto de atendimento local:

8.8.1. Exigência de posterior instalação de ponto de atendimento local

() SIM – JUSTIFICAR

() NÃO

(x) NÃO SE APLICA

8.9. Vistoria:

() SIM (x) NÃO () FACULTATIVO

8.10. Transição contratual:

() SIM (X) NÃO

9. Requisitos de habilitação:

Sem prejuízo das exigências de habilitação jurídicas regularmente exigidas em todas as licitações, a equipe de planejamento recomenda a exigência de:

9.1. Qualificação técnica:

- (i) A empresa proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado
- (ii) Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da certidão/declaração/atestado:
 - (iii) Nome do contratado e do contratante;
 - (iv) Identificação do objeto do contrato;
 - (v) Localização e data da realização dos serviços;
 - (vi) Serviços executados.

9.2. Qualificação econômico-financeira:

- (i) Certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial (Concordata), expedida pelo Distribuidor da sede da empresa licitante há, no máximo, 90 (noventa) dias da data



de apresentação das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. OBS: As empresas em recuperação judicial, devem apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

8.11. Obrigações de contratante:

- (i) Informar a contratada vencedora quais os procedimentos para execução do contrato;
- (ii) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, concedendo-lhe prazo e direito ao contraditório, aplicando a sanção devida, quando for o caso;
- (iii) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do serviço;
- (iv) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado;
- (v) Emitir a ORDEM DE SERVIÇO com o número de cartões estimados para fornecimento inicial à contratada;
- (vi) Fornecer todo mês, até o 1º dia útil de cada mês, a listagem dispondo os respectivos números dos cartões a serem recarregados e o quantitativo de possíveis cartões adicionais a serem emitidos pela contratada para o mês pertinente.

8.12.1. Obrigações da contratada:

- (i) Designar preposto para participação no planejamento, estabelecimento dos critérios de senha de forma conjunta, supervisão do contrato e definição da sistemática de comunicação entre as partes, com poderes para resolução de possíveis pendências durante a execução do contrato.
- (ii) Emitir mensalmente extrato contábil confirmando os valores utilizados e o saldo existente como instrução à Nota Fiscal, possibilitando ao fiscal do contrato a devida conferência e ainda a listagem atualizada dos estabelecimentos credenciados, mantendo obrigatoriamente, no mínimo, as mesmas condições da contratação.
- (iii) Disponibilizar gratuitamente recursos de software para o processamento, gerenciamento, comunicação e impressão do faturamento e do controle das solicitações dos cartões magnéticos, com dispositivos de comunicação previstos com recurso de proteção digital com código de acesso para login (identificação) e password (senha), incluindo o treinamento de servidores indicados pela contratante para o desempenho da função e acesso, devendo o software conter: a) Código; b) número do cartão; c) data de recarga; d) valor; e) origem da recarga.
- (iv) Emitir gratuitamente vias adicionais do cartão no caso de perda, roubo, extravio, inutilização e/ou dano do cartão magnético, não havendo, em hipótese alguma, custo adicional tanto para contratante como para os usuários.
- (v) Disponibilizar mecanismo que garanta o bloqueio à distância de cartões, por parte da contratante, mediante uso de senha, assinatura eletrônica, conferência de dados ou outro mecanismo que garanta a autenticidade e legitimidade, de forma contínua, a qualquer horário e dia da semana, devendo o bloqueio do uso dos cartões ocorrer



em até 1 (uma) hora após solicitação da contratante, por meio de profissional designado.

- (vi) Informar a ocorrência imediatamente à contratante e substituir os cartões no prazo de 5 (cinco) dias úteis em caso de verificação de vulnerabilidade técnica ou de segurança, risco iminente de falha, apuração de erros por parte da contratada, alteração de padrão tecnológico ou quaisquer outras possibilidades que possam inviabilizar o adequado uso dos cartões e de seus créditos nas especificações requeridas, excetuando-se casos em que tais possibilidades ocorram por erro, omissão, imprecisão de informações ou má conservação por parte da contratante.
- (vii) Garantir que haja sinalização da aceitação dos cartões nos estabelecimentos credenciados, através de adesivos, placas ou similares.
- (viii) Garantir meio de consulta à rede credenciada através da internet ou de aplicativo para dispositivos móveis.
- (ix) Entregar à contratante, no ato da assinatura do contrato, as especificações necessárias para o arquivo em que a contratante deverá entregar o trabalho gráfico (*layout*) para os cartões, e também os conteúdos que deverão constar no cartão para a identificação da empresa para os estabelecimentos comerciais e ainda telefone(s) da Central de Atendimento, devendo apresentar PROVA PARA APROVAÇÃO antes da produção.
- (x) Fornecer o apoio técnico, mediante disponibilização de dados, informações, documentos, entre outras formas possíveis de apoio, relativos à qualquer aspecto da prestação de serviço ora previsto por este Termo de Referência que vise a prestação de contas e ações de monitoramento, fiscalização e avaliação dos serviços prestados, seja por parte da contratante e/ou por órgãos de fiscalização/controle, de forma mais detalhada possível.
- (xi) Não dificultar ou inviabilizar parcial ou integralmente, sob nenhuma hipótese, a prestação de contas que a contratante deverá apresentar aos órgãos de controle ou qualquer outro que solicite dados e/ou informações relativas às atividades desenvolvidas em consonância com este Termo de Referência.
- (xii) Isentar o município de qualquer reclamação de terceiros, assegurando sua condição de única responsável pela administração do serviço contratado e arcando com qualquer prejuízo com o ressarcimento de danos decorrente;
- (xiii) Garantir a eficiência quanto à utilização do benefício, através dos cartões magnéticos disponibilizados, assumindo a obrigação imediata de sua troca em caso de não aceitação ou qualquer outro impedimento que não permita ao beneficiário a sua utilização;
- (xiv) Suportar exclusivamente os custos com a substituição dos cartões magnéticos por qualquer outro modelo que por ventura venha a ser adotado por seus conveniados/credenciados, adequando-os a nova forma de tecnologia para sua utilização;
- (xv) Ampliar, sempre que possível, o número de estabelecimentos credenciados dando preferência a grandes redes de supermercados e atacados, enviando a listagem atualizada para o e-mail protecaosocialbasica@itajai.sc.gov.br;
- (xvi) Permitir que a contratante realize a fiscalização dos estabelecimentos da sua rede de credenciados sem qualquer oposição;
- (xvii) Manter em dia suas obrigações legais e tributárias de qualquer espécie, perante os

- órgãos públicos, nos termos das leis e normas regulamentares aplicáveis;
- (xviii) Pagar e manter em dia todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre o serviço contratado;
- (xix) Responder civil e criminalmente pelos serviços que executar, sendo-lhe vedado transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato, sem o prévio consentimento por escrito da contratante;
- (xx) Oferecer somente estabelecimentos credenciados que obedeçam rigorosamente aos padrões de higiene exigidos pelas autoridades sanitárias e contemple as necessidades dos usuários da Secretaria de Assistência Social;
- (xxi) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação na licitação.

9. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

9.1. A licitação pretende contratar os itens nos seguintes moldes:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	CARTÃO SOCIAL - VALE ALIMENTAÇÃO	R\$ 150,00	1.125	375	375	375	R\$ 168.750,00
	TAXA ADMINISTRATIVA PARA O MUNICÍPIO						0,00%
	TAXA MÁXIMA PARA A REDE CREDENCIADA						3,00%

9.2. As quantidades acima foram estabelecidas;

() com base nos quantitativos executados pelo Município na contratação anterior, considerado o mesmo período de tempo

(x) com base nos levantamentos realizados pela Equipe de Planejamento da contratação, considerando a média estatística de consumo e da previsão de utilização dos itens para o período de vigência da respectiva ata.

9.2.1. Em atendimento ao disposto nos arts. 19 e ss. da Instrução normativa n. 068/CGM/SEGOV/2023, que trata da pesquisa de preços, para o objeto pretendido foram realizadas as seguintes pesquisas de preço:

9.3.1. Acesso: <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>

9.3.2. Acesso <http://www.portaldecompras.sc.gov.br/>;

9.3.3. Acesso: <https://pncp.gov.br/>

9.4. Referencial de preço



9.4.1 O preço final para a contratação foi obtido através da **MÉDIA PONDERADA** dos valores obtidos nas diversas fontes de pesquisa.

9.4.2 A Planilha de Composição de Preço encontra-se anexo.

9.4.3. O preço total final para a aquisição por inexigibilidade de licitação perfaz a quantia de: R\$168.750,00 (cento e sessenta e oito mil setecentos e cinquenta reais).

10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação terá por finalidade a aquisição de cartões magnéticos através de orçamento do Estado de Santa Catarina, para fornecimento do benefício eventual através dos serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social.

10.2. O objeto será contratado mediante PREGÃO, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo classificado como de natureza COMUM, tendo em vista que objeto possui padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

10.3. O critério de julgamento a ser adotado será de menor preço.

10.4. Assim, após o estudo preliminar, verificamos que o objeto é de fundamental importância conforme para atendimento da população em situação de vulnerabilidade que preenchem os requisitos para recebimento do benefício eventual, motivo pelo qual a equipe de estudo preliminar DECLARA A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

10.5. Por fim, considerando as informações levantadas, a equipe de planejamento entende que o ETP deve ser **classificado como NÃO SIGILOSO**, nos termos da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – sendo divulgado na sua integralidade.

10.6 Assim, após o estudo preliminar, verificamos que o objeto é de fundamental importância, a fim de que a obra que já fora inicialmente licitada possa ser finalizada, atingindo todos os seus fins, conforme exposto neste estudo, motivo pelo qual a equipe de estudo preliminar **DECLARA A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

Itajaí – SC, em 13 de agosto de 2024.

Equipe de planejamento:



Documento assinado digitalmente
BIANCA COUTO
Data: 13/08/2024 18:23:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bianca Couto
Educador Social



Documento assinado digitalmente
PEDRO ANTONIO GERALDI
Data: 13/08/2024 18:54:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pedro Antonio Geraldi
Secretário de Assistência Social